

CMUTD0009138

CONSELHO preserva 68 prédios da área central da cidade. Diário do
Povo, Campinas, 30 dez. 1988.

Conselho preserva 68 prédios da área central da cidade

Com o objetivo de manter o perfil histórico de Campinas a partir do século passado, o Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), através de uma resolução do secretário municipal de Cultura, Antonio Augusto Arantes Neto, estabeleceu o tombamento de quatro imóveis de interesse arquitetônico e cultural, constituindo o "Centro Histórico de Campinas". Trata-se de uma área de 49 quarteirões envolvendo as principais ruas e avenidas do centro da cidade, cujos imóveis não poderão ser demolidos ou modificados sem a autorização prévia do Condepacc.

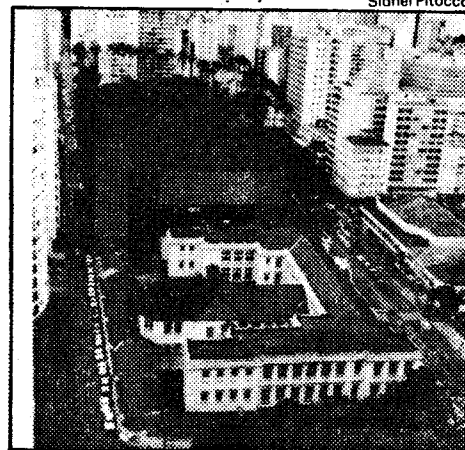
A resolução também estabelece que 68 edifícios da área central não poderão ser demolidos. Os imóveis tombados são o prédio do Restaurante Cenat — antigo solar do Visconde de Indaiatuba —, a Pucc Central — antigo solar do Barão de Itapura, o Palácio dos Azulejos, onde atualmente funciona a Sanasa e a Catedral Metropolitana. Todos os bens já estavam tombados pelo Condephast (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico Arquitetônico e Turístico). O Condepacc visa garantir a preservação da área envoltória e já enviou uma carta para a Secretaria de Cultura do Estado, solicitando autonomia

para o órgão tratar da preservação e manutenção do centro.

A principal alteração com a delimitação do centro está na legislação criada para preservar a história urbana de Campinas, evitando a desfiguração visual com o aparecimento de grandes edifícios. O centro histórico está delimitado entre a avenida Moraes Sales, Anchieta, rua Major Solon, rua dr. Quirino até a rua 14 de dezembro, seguindo até a rua Izoete de Souza Aranha, passando pela Glicério, ruas Benjamin Constant, José Paulino, Ferreira Pentead e Ernesto Kulmann.

Além da proibição de demolição em 68 prédios definidos pela resolução, toda a área caracterizada como Centro Histórico de Campinas deverá passar por um processo de recuperação, revitalização e planejamento visual para que se permita o seu reconhecimento e ambientação. As novas edificações que ocorrerem no centro deverão obedecer um zoneamento específico, partindo de construções térreas e mais um pavimento, como é o caso da rua Luzitana, até o máximo de seis pavimentos a exemplo das edificações das avenidas Anchieta e Moraes Sales.

Entre os 68 edifícios que não poderão ser demolidos, sob pena de multa ou até detenção do proprietário, estão os



Centro fica preservado com resolução

prédios do Jôquei Clube e do Restaurante Giovannetti II. Estes imóveis atingidos pela resolução também terão benefícios como a isenção de impostos municipais. Segundo o secretário Antonio Augusto Arantes, o zoneamento do Centro Histórico ainda será regulamentado pela Secretaria de Planejamento. Ele acrescentou que além da identificação cultural, o centro histórico também caracterizará um corredor cultural na diagonal, partindo da rua Luzitana até o Palácio dos Azulejos, evitando a fragmentação do patrimônio histórico e cultural.



Centro Histórico de Campinas envolve 49 quarteirões